

## Abertura

Milton Moura

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MOURA, M., org. Abertura. In: *A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 9-17. ISBN 978-85-232-1209-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## ABERTURA

No século XVI, os cronistas se encantavam com a largura da Baía de Todos os Santos. Tudo lhes parecia grandiosidade, nobreza, distinção, magnitude. Em 1570, Pero de Magalhães Gândavo (1980, p. 29) afirmava:

Esta Capitania tem huma bahia muito grande e fermosa, há três legoas de largo, e navega-se quinze por ella dentro, tem muitas ilhas de terras mui viçosas que dão infinito algodão; divide-se em muitas partes essa bahia: e tem muitos braços e enseadas dentro. Os moradores da terra todos se servem por ella com barcos pera suas fazendas.

Alguns anos mais tarde, em 1587, referindo-se a umas das expedições exploradoras portuguesas do início do mesmo século, Gabriel Soares de Souza (2000, p. 4) escreveria:

[...] e andando correndo a costa, foi dar com a boca da Bahia, a que pôs o nome de Todos os Santos, pela qual entrou dentro, e andou especulando por ela todos os seus

recôncavos, em um dos quais, a que chamam o rio do Paraguaçu, achou duas naus francesas que estavam ancoradas resgatando com o gentio, com as quais se pôs às bombardas, e as meteu no fundo.

É possivelmente o primeiro registro escrito em português sobre a disputa da Baía por diferentes nações europeias. O cuidado disto, entre outras razões, impulsionaria o estabelecimento dos portugueses ao longo da costa; tão bela e rica região também estaria despertando a cobiça de seus vizinhos.

A largura da Baía viria a ser retomada na *Carta Ânua* escrita pelo noviço Antônio Vieira (1995, p. 152-153), em 1625, ao Padre Geral da Companhia de Jesus:

Abre esta costa do Brasil, em treze graus da parte do sul, uma boca ou barra de três léguas, a qual, alargando-se proporcionalmente para dentro, faz uma baía tão formosa, larga e capaz que, por ser tal, deu o nome à cidade, chamada por antonomásia – Bahia. Começa da parte direita em uma ponta, a qual, por razão de uma igreja e fortaleza dedicada a Santo Antônio, tem o nome do mesmo santo; e, correndo em meia lua espaço de duas léguas, se remata em uma língua de terra, a que deu o nome de Nossa Senhora de Monteserrate, uma ermida consagrada à mesma Senhora. No meio desta enseada, com igual distância de ponta a ponta, está situada a cidade no alto de um monte, íngreme e alcantilado pela parte do mar.

Duas páginas adiante, diz que a Baía era tão larga que aí também podiam entrar com facilidade outros navegantes...

Com a luz do dia seguinte apareceu a armada inimiga, que repartida em esquadras vinha entrando. Tocavam-se em todas as naus trombetas bastardas a som de guerra, que com o vermelho dos pavesees vinham ao longe publicando sangue. Divisavam-se as bandeiras holandesas, flâmulas e estandartes que, ondeando das antenas e mastaréis mais altos, desciam até varrer o mar com tanta majesta-

de e graça que, a quem se não temera, podiam fazer uma alegre e formosa vista. Nesta ordem se vieram chegando muito a seu salvo sem lho impedirem os fortes, porque, como o porto é tão largo, tinham lugar para se livrar dos tiros. (VIEIRA, 1995, p. 154)

Na mesma década, o Frei Vicente do Salvador (1982, p. 112) nos oferece uma explicação sobre o nome da terra, retomando o problema da largura da Baía de forma muito semelhante:

Toma essa capitania o nome da Bahia por ter uma tão grande que por antonomásia e excelência se levanta com o nome comum e apropriando-se a si se chama a Bahia, e com razão, porque tem maior recôncavo, mais ilhas e rios dentro de si que quantas são descobertas em o mundo, tanto que, tendo hoje cinqüenta engenhos de açúcar e para cada engenho mais de dez lavradores de canas de que se faz o açúcar, todos têm seus esteiros e portos particulares; nem há terra que tenha tantos caminhos, por onde se navega. As ilhas que dentro de si tem, entre grandes e pequenas, são trinta e duas: só tem um senão que é não se poder defender a entrada dos corsários, porque tem duas bocas ou barras uma dentro da outra: a primeira a leste da ponta do padrão da Bahia ao morro de São Paulo, que é de doze léguas, a segunda, que é a interior, do sul da dita barra ou ponta do Padrão à ilha de Taparica, que é boca de três léguas.

Na segunda metade do século XVII, quando a cidade conheceu sua maior importância na trama do império, Gregório de Matos (1999, p. 333) veria na Baía um paradigma da compreensão de sua inserção no mundo, associando a largueza da barra à dinâmica do mercantilismo:

Triste Bahia! Oh, quão dessemelhante  
Estás, e estou do nosso antigo estado!  
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,  
Rica te vejo eu já, tu a mi abundante

A ti trocou-te a máquina mercante  
Que em tua larga barra tem entrado  
A mim foi-me trocando, e tem trocado  
Tanto negócio e tanto negociante.

A abertura da Baía, tão decantada inicialmente pela generosidade, colocava então desafios tanto em termos de entendimento como de gestão. No século XIX, diferentes aportes, vindos de europeus de diversas nacionalidades, viriam enriquecer a construção desta problemática, que se desdobraria em múltiplas direções no século XX.

Prezado leitor, após esta digressão atipicamente colocada no início do volume, cabe dizer que foi a partir da consideração destas e de outras diferentes miradas da Baía como metáfora e metonímia da Bahia, compreendida aqui como Salvador e o Recôncavo, que esta coletânea aconteceu. A forma e as dimensões da Baía de Todos os Santos se estabelecem, historicamente, como uma figura da problematidade de sua interação com o mundo. O que entra e sai através de tantas águas? Esta pergunta parece configurar a tensão entre o local e o mundial já desde aquelas épocas. A partir destas provocações que se distanciam no tempo cronológico, sem prejuízo de sua prerrogativa de interpelar o passado mais próximo, o presente e o futuro, trata-se de estudar, a partir de alguns painéis temáticos, a relação que um lugar vem estabelecendo com o mundo nos últimos séculos.

Com efeito, a partir do século XIX, se por um lado a Bahia era uma província importante no contexto da jovem nação, manteve, por outro lado, aspectos de dependência e assimetria de desenvolvimento em comparação a outros centros. Em contrapartida, pôde sustentar um papel destacado na dinâmica das representações da identidade brasileira – sobretudo no campo artístico – que vem se renovando como objeto de interesse de estudiosos, brasileiros ou adventícios. Enfim, a perda de sua condição de capital colonial

não se incompatibilizou com uma importância remetida a algumas dimensões fundantes da brasilidade, sobretudo a origem africana da maior parte de sua gente. Seu porto testemunhava diariamente a troca de mercadorias e referências identitárias com a Europa, a África e o Oriente.

A compreensão que vínhamos fazendo de nossa configuração cultural entrelaça-se continuamente com a relação que estabelecemos com outras praias do mundo. Mesmo a função da Bahia no concerto da brasilidade passa pela sua importância como emblema da ascendência africana da nação brasileira. Aos efeitos desta reflexão, não interessa tanto uma contabilidade do número ou das proporções de africanos alocados nas diferentes províncias do Brasil. Antes, essa configuração da Bahia como umbigo negro brasileiro se situa no campo das representações. Não se trata tanto de estatísticas, mas de construções em permanente conflito, surdo ou sonoro.

As elites governantes da República Velha, amparadas em intensa atividade de jornalistas e parlamentares, queriam ver banidas da Bahia as marcas da colonização portuguesa e da escravidão. Afinal, os estrangeiros se mostravam tão maravilhados com a paisagem quanto enauseados diante de seus odores. Xavier Marques escreveu, em 1897, como que um epitáfio do Entrudo, situado numa narrativa remetida à oitava década do século XIX e marcada pela fricção contínua de áfricas e europas:

Franca hostilidade declarara-se aos jogos d'água. As autoridades empenhavam-se à porfia em suprimir os banhos anacrônicos e funestos: ensaiavam rasgar ao povo os horizontes do verdadeiro Carnaval, à européia, mascarado, risonho, castigador [...] No teatro haveria bailes; a *Nova Euterpe* abriria o seu salão aos dominós; nas praças tocariam fanfarras; um clube se preparava para passear as ruas. (MARQUES, 1975, p. 121)

A tradição dos orixás conseguiu engastar a marca e a memória da africanidade na sociedade de Salvador, Recôncavo e ilhas. Mais tarde, também a capoeira envergaria este papel. De outra forma, o candomblé de caboclo soube cultivar a memória do ancestral indígena mesmo depois do desaparecimento de suas formas de vida econômica e política. Somada a estes elementos, com a chegada do cinema, a iconografia do Oriente encheria os olhares dos públicos ávidos de outros mundos, não apenas por lhes parecerem belos e brilhantes, como também porque neste preciso mundo da província nem todo mundo tem vez.

O sucesso que teve a implantação do nome da Bahia no acervo de representações da brasilidade na radiofonia – já antes de Carmem Miranda, com os compositores e intérpretes da Casa Edison no Rio de Janeiro – tensionou sobremaneira esta dinâmica de presentificações. A música feita na Bahia ou sobre a Bahia tem tido êxito em diversos mercados estrangeiros, desde o soprano Elsie Houston, passando por Dorival Caymmi e tantos outros e desdobrando-se, recentemente, na *axé music*. A barra da Baía tem se mostrado muito larga, com grande variedade de artigos entrando e saindo, cada vez mais rapidamente, através de seus diversos tipos de caravelas e bergantins, lanchas e transatlânticos, saveiros, catraias e *ferry-boats*. Tem sido necessário e prazeroso se posicionar com frequência nesta trama de caras e bocas.

Estes aspectos da história cultural da sociedade baiana tomaram forma nas discussões promovidas pela pesquisa *Beduíno com Ouvido de Mercador – um documentário sobre o Carnaval de Salvador dos anos 50 aos 80*<sup>1</sup>, realizada entre 2007 e 2009 pelo Grupo O Som do Lugar e o Mundo, ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. As questões que, de partida, remetiam-se diretamente ao campo

---

1 Realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

do Carnaval, reconfiguravam-se de forma a fazer sentido com relação a outros objetos de investigação. Quando da conclusão dos trabalhos, foi delineado então o perfil da coletânea. Os capítulos expressam resultados de diversos trabalhos interfaciados nas discussões ampliadas.

O capítulo 1: *Olhares estrangeiros: impressões dos viajantes acerca da Bahia no transcurso dos oitocentos*, de Olívia Biasin, analisa as crônicas dos estrangeiros sobre Salvador no século XIX, quando a cidade mantinha notável visibilidade no cenário nacional e internacional, o que se depreende pelas expectativas expressas pelos viajantes. A riqueza e a exuberância da fauna e da flora, bem como o componente humano –, especialmente o negro – sobressaíam-se como elementos distintivos.

O capítulo 2, “*A Bahia não se desnacionaliza*”: *modernidade, civilidade e permanência dos costumes na Salvador republicana*, de Edilece Souza Couto, trata da polêmica em torno das intervenções urbanísticas no final do século XIX, quando os políticos e intelectuais baianos desejavam modernizar sua capital. O modelo predominante vinha de Paris, Rio de Janeiro e São Paulo. Os ideais de civilização assumiram dimensões sociais e culturais, sendo que as elites buscavam purificar a cidade de suas marcas do passado e de sua herança africana.

O capítulo 3, *O oriente é aqui – o cortejo de referências fantásticas de outros mundos no Carnaval de Salvador*, de Milton Moura, debruça-se sobre as recriações alegóricas de outros mundos no universo do Carnaval soteropolitano dos anos 50 aos 80, destacando a experiência da fantasia propriamente dita, elemento onírico que organiza e confere sentido à dimensão supostamente mais real do viver. As referências aportadas pelo cinema, sobretudo os filmes orientalistas e de *farwest*, reconfiguram representações da cidade em relação ao mundo, especialmente no âmbito da etnicidade.



O capítulo 4, *Capoeira Angola: africana, baiana, internacional*, de Christine Zonzon, aborda a Capoeira Angola como campo em que se estabeleceu a discussão em torno da herança cultural africana na Bahia. Considerando também a legitimação dessa tradição em termos nacionais, o texto promove uma reflexão sobre a emblematicidade da Capoeira como manifestação cultural que configura e constitui historicamente um modo de ser baiano.

O capítulo 5, *Musique baianaise? Representações da Bahia e do Brasil entre produtores musicais franceses*, de Luciana Vasconcelos, estuda as concepções acerca da música baiana e brasileira no universo dos produtores culturais franceses, salientando alguns ícones que transversalizam as imagens da Bahia e do Brasil, configurando uma marca musical consolidada no mercado artístico europeu.

Finalmente, o capítulo 6, *Axé Music – mitos, articulação e world music*, de Armando Alexandre Castro, discute o processo de estabelecimento da marca Bahia no mercado musical, tanto fonográfico como espetacular, através do sucesso da *axé music*. Coloca em questão alguns lugares comuns em torno deste estilo musical, afirmando sua importância no processo de recriação da tradição musical baiana em termos contemporâneos sem elidir sua dimensão empresarial.

Estes textos, correspondendo a pesquisas desenvolvidas em diversos ambientes da Universidade Federal da Bahia, oferecem um painel provocativo sobre a tensão entre a sociedade baiana e o contexto mundial em que se insere. Convidamos o leitor a participar da discussão. Boa viagem.

*Milton Moura*

## REFERÊNCIAS

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MARQUES, Xavier. *O feiticeiro*. 3. ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1975.

MATOS, Gregório de. Pondo os olhos primeiramente na sua cidade conhece que os mercadores são o primeyro móvel da ruína, em que arde pelas mercadorias inúteis, e enganosas. In: AMADO, James (Org.). *Obra poética*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. 7. ed. Revisão Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM; apresentação Aureliano Leite. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 9. ed. rev. e atual. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2000.

VIEIRA, Antônio. *Carta ao geral da Companhia de Jesus*. In: PÉCORA, Alcir. (Org.). *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.